

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ELISANGELA DE SOUZA ALVES

**O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO
INSTRUMENTO DE GESTÃO NO TERCEIRO SETOR**

Florianópolis

2005

ELISANGELA DE SOUZA ALVES

**O SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO
INSTRUMENTO DE GESTÃO NO TERCEIRO SETOR**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Vladimir Arthur Fey, M. Sc

Co-orientador: Prof. Sérgio Marian

Florianópolis

2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que sempre esteve presente em todos os momentos de minha vida.

Aos meus pais, Edgar e Angela, pelo carinho e formação que me deram. Em especial a minha mãe, que sempre me incentivou para que eu nunca desistisse e me ajudou em momentos difíceis de minha vida, principalmente cuidando de minha filha para que eu pudesse concluir os meus estudos.

Ao meu marido Sandro, pelo seu amor e dedicação, que me deram forças e inspiração para seguir em frente nesta caminhada. Á minha filha Gabriela que é a luz de minha vida.

Aos meus amigos e familiares pelo apoio. Em especial a minha amiga Isabela, pela ajuda que me proporcionou a realização desta pesquisa.

Ao meu orientador professor Vladimir Fey e ao meu co-orientador professor Sérgio Marian, pela dedicação com que me orientaram.

E a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste estudo.

RESUMO

ALVES, Elisângela de Souza. **O Sistema de informação contábil como instrumento de gestão no terceiro setor**. 2005. 42f. Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005

O terceiro setor compreende entidades sem fins lucrativos, de caráter social, com o objetivo de produzir bens e serviços públicos. Esse setor vem destacando-se dos demais setores em relação ao desenvolvimento de atividades de interesse da sociedade. Com isso, passa-se a investir cada vez mais na área social e, conseqüentemente há a preocupação de como administrar os recursos financeiros obtidos. O sistema de informação contábil, além de fornecer aspectos financeiros, pode servir como um importante instrumento de gestão no processo de tomada de decisão gerencial. Contudo, para obter resultados positivos é preciso buscar informações que sejam relevantes para o planejamento e controle do processo. Diante disto, esta pesquisa procurou analisar o sistema de informação contábil como instrumento de gestão nas ONGs (organizações não-governamentais). A análise foi elaborada através de uma entrevista feita com um dos responsáveis de uma ONG, alguns associados e o contador. Na qual evidenciou-se a utilização das informações contábeis no processo de gestão da mesma. O resultado da pesquisa demonstra que a organização estudada vem utilizando o sistema de informação contábil como instrumento de gestão.

PALAVRAS CHAVES: sistema de informação contábil; instrumento de gestão; terceiro setor.

ABSTRACT

ALVES, Elisangela de Souza. **The system of countable information as instrument of management in the third sector.** 2005. 42f. Countable Sciences. Federal university of Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

The third sector understands entities without lucrative ends, of social character, with the objective to produce goods and services public. This sector comes being distinguished of the too much sectors in relation to the development of interest of the society. With this, it is transferred to more invest each time to it in social area e, consequently has the concern in managing financial the resources gotten. The system of countable information, besides supplying financial aspects, can serve as an important instrument of management in the process of taking of managemental decision. However, to get resulted positive she is necessary to search information that are excellent for the planning and control of the process. Ahead of this, this research looked for to analyze the system of countable information as instrument of management in the ONGs (not-governmental organizations). The analysis was elaborated through an interview made with one of the responsible ones of a ONG, some associates and the accountant. In which it was proven use of the countable information in the process of management of the same one. The result of the research demonstrates that the studied organization comes using the system of countable information as management instrument.

KEY-WORDS: System of information; management instrument; third sector.

SUMÁRIO

RESUMO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 Tema e problema da pesquisa.....	7
1.2 Objetivos da pesquisa.....	9
1.3 Justificativa do estudo.....	10
1.4 Metodologia.....	11
1.5 Organização do estudo.....	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 O terceiro setor e as organizações não-governamentais.....	14
2.1.1 O desenvolvimento do terceiro setor.....	14
2.1.2 Conceitos e características do terceiro setor.....	16
2.1.3 As organizações não-governamentais (ONGs).....	19
2.2 Informação contábil como instrumento de gestão.....	21
2.2.1 A importância da informação.....	21
2.2.2 Conceitos e características do sistema de informação.....	23
2.2.3 Informação contábil como instrumento de gestão.....	24
3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO DADOS.....	29
3.1 Apresentação da organização.....	29
3.2 A contabilidade na organização.....	31
3.3 Os critérios contábeis aplicados na organização.....	32
3.4 Os relatórios contábeis utilizados pela organização.....	33
3.5 A importância das informações contábeis como instrumento de gestão na organização.....	35
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	37
4.1 Conclusões.....	37
4.2 Recomendações.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o tema, o problema e a justificativa da pesquisa em questão, seguido dos objetivos gerais e específicos. Em seguida, discorre sobre a metodologia que conduzirá o trabalho e as suas limitações, bem como a forma de organização do estudo.

1.1 Tema e problema da pesquisa

A sociedade brasileira vem destacando-se em relação ao seu desenvolvimento e ganhando espaço com trabalhos na área social. Ela tem sido acompanhada por uma série de transformações políticas, econômicas e sociais protagonizadas por agentes sociais que acreditam que mudanças são necessárias e que é preciso tomar providências em relação aos problemas sociais brasileiros.

A partir de estudos feitos na área social, percebe-se que apesar da intervenção do Estado, a ajuda que ele disponibiliza é pouca em relação aos vários problemas envolvidos nessa área. Talvez, por essa falta de disponibilização de recursos públicos na área social e outros fatores, uma imensa maioria da população brasileira, carente de recursos financeiros, profissionais, urbanos, culturais, educativos, sociais e políticos, esteja lançada à sua própria sorte.

A partir dessa conjuntura nasceram as chamadas entidades do terceiro setor, grupos e movimentos protagonistas de diversos tipos de ações sociais, políticas, econômicas, pedagógicas, culturais, etc que buscam suprir as necessidades sociais vitais à sobrevivência do ser humano no Mundo Moderno. Estes grupos, entidades e movimentos, por definição "não oficiais" e "sem fins lucrativos", passaram a denominar-se, apesar de toda a sua diversidade, de organizações não-governamentais (ONGs).

O primeiro setor é definido como o conjunto das organizações e entidades públicas e oficiais, o segundo setor compõe-se das organizações privadas e o terceiro setor é formado por institutos, fundações, entidades de classe, associações profissionais, movimentos sociais os mais variados, enfim, todas as entidades e empreendimentos que se colocam sob o estatuto das Organizações Não-Governamentais (ONGs), constituindo uma imensa gama de entidades atuando nas mais diversas áreas sociais.

Apesar de ser um conceito recente em termos de pesquisas e estudos científicos no Brasil, o termo terceiro setor existe há bastante tempo, designando funções cada vez mais relevantes na Sociedade Moderna, especialmente nos denominados países do terceiro mundo. As atividades envolvidas, são designadas para fins sociais, promovendo o bem-estar na sociedade, procurando sempre a qualidade das ações sociais e das pessoas que dela fazem parte.

Com o desenvolvimento eficiente e eficaz de entidades de fins sociais, o terceiro setor vem ganhando destaque por causa da atuação das entidades que o compõem. Na busca de doações e parcerias, seja por parte do governo, de empresas privadas ou até mesmo de pessoas físicas que se interessam pelo desenvolvimento desse tipo de trabalho, o terceiro setor está conseguindo realizar o seu objetivo e com isso, trazer melhores condições às pessoas que delas dependem.

Em razão das particularidades do terceiro setor, há necessidade de uma profissionalização por parte das organizações desse setor em sua forma administrativa. Os profissionais dessa área precisam estar cada vez mais atualizados e preparados, devido ao crescimento contínuo da mesma.

Nesse contexto, a administração e a gestão destas entidades, incluindo o presumível papel da Contabilidade, possuem características específicas que ainda estão em processo de

constituição e evolução e que precisam ser estudadas para que se possa criar um conjunto de informações seguras, cientificamente elaboradas sobre o gerenciamento e a gestão das ONGs.

O objeto de estudo desta pesquisa é, pois, o sistema das informações contábeis como instrumento de gestão nas ONGs. Como o chamado terceiro setor tem uma definição muito vasta e há uma diversidade muito grande de entidades, o estudo restringe-se apenas as ONGs.

As informações contábeis, por exemplo, devem ser disponibilizadas aos que dela necessitarem, sendo passíveis de serem requerida por diversas entidades físicas, jurídicas, privadas, governamentais e não-governamentais, para diversos fins, como registros e concessão de certificados específicos ou para o gerenciamento dessas entidades.

Diante do que foi exposto, tem-se como questão-problema: *Como são utilizadas as informações contábeis no processo de gestão de uma ONG?*

1.2 Objetivos da pesquisa

O objetivo geral do trabalho consiste em analisar a utilização das informações contábeis como instrumento de gestão de uma ONG. No tocante aos objetivos específicos busca-se o seguinte:

- caracterizar a contabilidade da organização estudada;
- apresentar os critérios contábeis aplicados na organização;
- identificar os relatórios contábeis utilizados;
- informar sobre a importância dos dados, dos relatórios e das informações contábeis como instrumento de gestão.

1.3 Justificativa do estudo

O terceiro setor consiste em organizações cujos objetivos principais são sociais, em vez de políticos e econômicos. Essas organizações se diferenciam do primeiro setor e do segundo setor por prestarem serviços a sociedade, sem visar lucro, nem distribuir os eventuais excedentes financeiros provenientes de suas atividades.

Grande parte de inovações e mudanças sociais importantes, foram obtidas com a criação de organizações do terceiro setor. Este setor vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade. As pessoas que administram e trabalham de forma voluntária, acreditam na criação de um mundo mais digno e justo e procuram cada vez mais contribuir para a melhoria do mesmo.

Em virtude disso, evidencia-se a importância das informações contábeis para a gestão de recursos das entidades do terceiro setor e para todos aqueles que pretendam trabalhar com este tipo de organização. Um sistema de informação contábil para ONGs pode ajudar na constituição de novas ONGs e facilitar a adaptação do gerenciamento profissional desse setor.

Por desempenhar função de interesse público, espera-se que as organizações de terceiro setor cultivem a transparência quanto aos seus projetos e também quanto aos resultados obtidos. A preparação de relatórios de avaliação, constituem importantes instrumentos de comunicação com a sociedade. Por isso, a necessidade das informações contábeis serem utilizadas de forma adequada, ou seja, de modo que seja útil aos gestores desse setor e que ajude no gerenciamento da mesma.

No tocante às pesquisas e estudos sobre o setor terciário no Brasil, está havendo uma mobilização quanto à importância da informação contábil no setor, bem como, em relação ao desenvolvimento de formas apropriadas de gestão.

Os aspectos legais de constituição de funcionamento das organizações que fazem parte do terceiro setor diferem em determinados pontos daquelas referentes às demais empresas do

setor privado. Entretanto, pela diversidade de organizações que formam este setor e pelas características e objetivos a que se destinam, muitas se enquadram, total ou parcialmente, em algumas determinações legais que regem as empresas privadas.

No caso das organizações do terceiro setor, considerando as características que lhes são pertinentes, é oportuno questionar se os mesmos critérios praticados nas empresas privadas, tanto em termos de estruturação e gestão são aplicáveis a essas entidades.

Assim, é importante saber como são utilizadas as informações contábeis para o gerenciamento de empresas do terceiro setor, em especial as ONGs. Não apenas pelos aspectos legais, mas em função da contabilidade ser, também, um instrumento de gestão, capaz de otimizar os recursos econômicos financeiros dessas entidades.

1.4 Metodologia

Uma pesquisa para ser considerada científica utiliza-se de métodos e técnicas, selecionados em função do problema proposto. Para Lakatos e Marconi (1986, p.44):

a pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

O objeto de estudo desta pesquisa contextualiza-se essencialmente no tema social, justamente porque a constituição do terceiro setor e das ONGs, na paisagem econômica nacional, decorreu da existência de graves problemas histórico-sociais. Em virtude disso, geram desigualdades imensas na sociedade brasileira, fazendo com que uma grande maioria não adquira os conhecimentos e recursos mínimos para que se possa sobreviver dignamente em uma sociedade moderna capitalista.

Esta pesquisa buscará compreender o sistema de informações contábeis utilizado em uma ONG, devido a sua singularidade na captação e aplicação de recursos financeiros. Porém,

devem prestar contas de suas atividades e aplicar o melhor possível os recursos captados. Para tanto, precisam conhecer a estrutura de gestão administrativa e financeira, para utilizarem as informações de forma que seja útil no processo de gestão.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória. Segundo Gil (1993) para responder à questão a que se propõe a pesquisa de caráter exploratória deve proporcionar um conhecimento aprofundado do problema, familiarizando o pesquisador com o tema e contexto, a partir do que é possível analisar e refletir com segurança.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é qualitativa. Richardson (1999, p. 80), diz que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos em grupos sociais”.

No tocante aos procedimentos, emprega-se o estudo de caso em uma entidade do terceiro setor, do tipo não-governamental. Para o referido estudo, buscou-se informações relevantes para a resolução do problema em questão, o que possibilitou a análise do caso.

A coleta dos dados iniciou-se com a procura de material bibliográfico referente ao tema. Para que tornasse possível tal procura, foram feitas consultas em livros, revistas, pesquisas monográficas, dissertações e teses referente ao tema, além de consultas eletrônicas pela internet. Essas informações possibilitaram o conhecimento teórico do tema.

Em seguida, foram levantadas informações sobre a organização, através de uma entrevista não estruturada com um dos responsáveis, alguns associados presentes e com a colaboração do contador, o que facilitou a espontaneidade e a criatividade entre ambas as partes, valorizando a entrevista.

Nesse contexto, fez-se uma análise de conteúdo através dos dados coletados, a fim de verificar como a organização em estudo utiliza-se das informações contábeis no processo de gestão da mesma.

Em razão do terceiro setor ser composto por diversos tipos de entidades, esta pesquisa apresenta o estudo em apenas uma organização não-governamental. Limita-se pelo fato de envolver apenas uma entidade específica, na qual apresenta os resultados em um estudo de caso.

1.5 Organização do estudo

O trabalho em questão compõem-se de quatro capítulos. No capítulo 1, chamado de Introdução, são apresentados o tema, o problema, a justificativa, os objetivos geral e específico, a metodologia e a organização do estudo.

No capítulo 2, denominado Fundamentação Teórica, aborda-se o terceiro setor e as organizações não-governamentais, bem como o sistema de informação contábil como instrumento de gestão.

No capítulo 3, que consiste na Descrição e Análise dos Dados, faz-se uma análise das informações contábeis como instrumento de gestão, inferindo-se sobre os resultados de um estudo de caso.

No capítulo 4, apresenta-se as Conclusões e Recomendações. Por fim, são apresentadas as referências utilizadas na realização do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo faz uma incursão teórica no terceiro setor e no sistema de informações contábeis. No terceiro setor, apresenta o surgimento, conceitos e características, bem como alguns aspectos legais que regem este setor.

No sistema de informações contábeis, faz-se uma abordagem sobre a importância da informação, conceitos e características que esse sistema possui, finalizando com a informação contábil enquanto instrumento de gestão.

2.1 O terceiro setor e as organizações não-governamentais

2.1.1 O desenvolvimento do terceiro setor

O terceiro setor vem destacando-se em função do tipo de atividades em que o envolve, atividades essas de caráter social, com a finalidade de promover o bem-estar da sociedade.

Para Kurz (1997, p.152):

nos últimos 10 ou 20 anos, o mundo viu crescer a importância de um espaço social difuso entre o Estado e o mercado. Não a economia informal, que muitas vezes não passa de um mercado ilegal e brutalizado. Ao contrário, o terceiro setor é composto da união de inúmeros agrupamentos voluntários, destinados a conter a miséria social e barrar a destruição ecológica. A maioria desses grupos dá grande valor à administração autônoma. No campo prático, eles avançam no terreno abandonado pelo mercado e pelo Estado em virtude da baixa rentabilidade ou da falta de recursos financeiros.

O crescimento do terceiro setor passa a ser notável em razão da luta dessas entidades, na busca de doações e parcerias, seja por parte do governo, de pessoas jurídicas ou físicas, que estejam dispostas a investir nesse tipo de atividade.

Segundo Teixeira (2000), apesar do crescimento do terceiro setor ser um fato relativamente recente, suas origens encontram-se em períodos bem antigos na história.

Antes de ouvir falar em terceiro setor, entidades sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, entre outros, já existia manifestações do surgimento do terceiro setor.

De acordo com Salamon (1998), o terceiro setor já se manifestava com atividades voluntárias na China antiga. O seu surgimento no Japão, foi em 1829, com o aparecimento da primeira atividade filantrópica.

Nota-se que as questões sociais já existiam naquela época, as pessoas manifestavam-se na busca de um mundo melhor. O espírito solidário tomava conta da sociedade e muitos lutavam com o objetivo de uma vida mais digna.

Na América, o terceiro setor também lutava pela conquista do seu espaço na sociedade. Segundo Teixeira (2000, p.26) no contexto norte-americano :

foi o empenho em defender um conceito essencial da democracia – a liberdade – que deu origem às entidades do terceiro setor. De fato, no pensamento corrente da sociedade americana da época, em uma democracia marcada pela igualdade entre membros, o indivíduo isolado tornava-se mais fraco e dependente, de modo que quase nada podia fazer por si mesmo, o que poderia levar o governo a uma forma de tirania. Assim sendo, os membros dessa sociedade acabaram por criar um processo de aprender a unir-se, aumentando seu poder de influência dentro de uma esfera democrática.

No Brasil, o surgimento do terceiro setor evidenciou-se anos mais tarde em relação a outros países. De certa forma, as questões envolvendo problemas sociais não eram muito comentadas e quase não ouvia-se falar em trabalho voluntário, prestação de serviços, doações, entre outros. As pessoas podiam até saber o que significava, mas ainda não despertavam o interesse social.

A igreja com a realização de trabalhos comunitários e o Estado com o interesse pela expansão da sociedade, foram fundamentais para o desenvolvimento do terceiro setor no Brasil.

Para Melo Neto e Froes (1999, p.9), as principais causas que levaram ao crescimento do terceiro setor são:

- crescimento das necessidades socioeconômicas;
- crise no setor público;
- fracasso das políticas sociais tradicionais;
- crescimento dos serviços voluntários;
- degradação ambiental, que ameaça a saúde humana;
- crescente onda de violência que ameaça a segurança das populações;
- incremento das organizações religiosas;
- maior adesão das classes alta e média a iniciativas sociais;
- maior apoio da mídia; e
- maior participação das empresas que buscam a cidadania empresarial.

Com o crescimento do terceiro setor, as atividades sociais tornaram-se conhecidas e as pessoas passaram a investir cada vez mais nessa área. Hoje, o terceiro setor assume um papel fundamental na sociedade, pois além de ser um prestador de serviços sociais, aonde vem crescendo constantemente, também serve como gerador de empregos a milhares de pessoas.

2.1.2 Conceitos e características do terceiro setor

De acordo com a NBC T 10.19, do Conselho Federal de Contabilidade, as entidades sem fins lucrativos “são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízos são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit” .

Por serem entidades sem fins lucrativos, o patrimônio é destinado à atividades sociais. Portanto, não pode haver lucro ou prejuízo do exercício, o resultado final apresenta um superávit ou déficit dos recursos financeiros diferenciando, assim, dos demais setores.

Costa Júnior (1999, p.1) diferencia o terceiro setor dos demais ao dizer que:

chamamos de primeiro setor o setor estatal, de segundo setor o setor privado. Aquelas organizações privadas que são públicas por suas finalidades, que não conseguimos encaixar em quaisquer dessas duas categorias mencionadas, chamamos de terceiro setor. São organizações não-governamentais, institutos, fundações, entidades de classe, associações profissionais, movimentos sociais os mais variados, enfim uma imensa gama de entidades atuando nas mais diversas áreas sociais.

Uma diferença relevante do terceiro setor em relação aos demais setores, além da não distribuição dos lucros, é o fato do terceiro setor prestar serviços sociais que contribuam com bem estar da sociedade, proporcionando melhores condições de vida para a mesma.

Fernandes (1994, p.20) define o terceiro setor da seguinte maneira:

um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam a produção de bens e serviços públicos. No entanto, não são geradoras de lucros e buscam atender necessidades de grupos, e não de indivíduos particulares. Sua emergência é de tal relevância que se pode falar de uma virtual revolução a implicar mudanças gerais nos modos de agir e pensar. As relações entre o Estado e o mercado, que têm dominado a cena pública, hão de ser transformadas pela presença desta terceira figura.

A definição acima refere-se à mudanças nos modos de agir e pensar. As pessoas passam a ter conhecimento dos objetivos que envolvem o terceiro setor, e a dar importância a questões sociais. Em virtude disso, o terceiro setor ganha destaque em relação aos demais setores.

Para Silva (2002, p. 21 apud OLAK 1996, p.45) as Entidades Sem Fins Lucrativos podem ser conceituadas como “instituições com propósitos específicos de provocar mudanças sociais e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado, a partir de contribuições, doações e subvenções e que, de modo algum, se reverte para os seus membros ou mantenedores”.

Diante do que foi exposto, pode-se observar que existe várias maneiras de se conceituar o terceiro setor, porém, o que não se pode deixar de mencionar é que são entidades que trabalham em função da sociedade e que apesar de gerarem lucro, estes são destinados para bens e serviços públicos.

Em relação as características do terceiro setor Silva (2002, p.22 apud OLAK 1996, p.45), diz que:

- o lucro (superávit) não é a sua razão de ser, mas um meio necessário para garantir a continuidade e o cumprimento de seus propósitos institucionais;
- seus propósitos institucionais, quaisquer que sejam suas preocupações específicas, objetivam provocar mudanças sociais;
- o patrimônio pertence à sociedade como um todo ou segmento dela, não cabendo aos seus membros ou mantenedores quaisquer parcelas de participação econômica no mesmo;

- as contribuições, doações e subvenções constituem-se, normalmente, nas principais fontes de recursos financeiros, econômicos e materiais das entidades sem fins lucrativos.

O terceiro setor apresenta características referentes às atividades de caráter social e com propósitos em comum. Porém elas podem ser interpretadas de várias maneiras. Segundo Roesch (2003, apud SALAMON e ANHEIER 1992) o terceiro setor apresenta cinco características:

- formal, ou seja, institucionalizada;
- privada, ou seja, institucionalmente separada do governo;
- sem distribuição de lucros;
- auto-gerida – controlada internamente; e
- voluntária, ou seja, envolvendo algum grau de participação voluntária, ou para o desenvolvimento de suas atividades, ou na gestão.

Mesmo não havendo distribuição de lucros no terceiro setor, precisam prestar contas dos recursos financeiros obtidos. Por prestarem serviços de caráter social, são muito visualizadas e questionadas pelos usuários, doadores de recursos e até pelo próprio governo.

De certa forma, há uma preocupação na transparência dos recursos. As pessoas que investem nesse tipo de atividade querem saber onde estão sendo aplicados estes investimentos e se é viável continuar investindo.

Cabe ressaltar, que a não distribuição dos lucros é característica fundamental nesse setor. Seus recursos são para manter os objetivos da mesma. Do contrário, perderia a sua finalidade e passaria a ser uma organização com fins lucrativos.

2.1.3 As organizações não-governamentais (ONGs)

Entende-se por organização não-governamental uma entidade sem fins lucrativos, com fins públicos, auto-governada, que desenvolve suas atividades através de prestação de serviços do tipo social, cultural, educacional, entre outros, com o objetivo de promover o bem-estar da sociedade.

Segundo Roesch (2003 apud BAILEY, 1999, p.110), as ONGs “nasceram nos anos 70, como movimentos sociais relativos a direitos civis e combate à pobreza, operando fora do *establishment*, com uma atitude altamente crítica em relação ao Estado e ao setor privado”.

A mesma autora ainda comenta que essas organizações “hoje, sofrem pressões para buscar novas formas de sustentação financeira e reduzir sua dependência das agências financiadoras internacionais, e, para tanto, tem necessidade de fortalecer relações com outros organismos privados ou estatais”.

Por serem entidades auto-governadas, mas sem fins lucrativos, precisam de doações e parceiras, seja por parte do governo, de pessoas físicas ou jurídicas, para continuar com suas atividades sociais. Para Landim (1993, p.33-34), o traço característico da ONGs:

é o direcionamento político, em sentido lato, de suas atividades. Pode-se dizer que seu ideário tem como fundamento último o exercício da cidadania e da autonomia dos grupos nas bases da sociedade, no sentido de romper com a secular lógica tradicional da dependência e da hierarquia que caracteriza as culturas populares.

Pode-se dizer diante do que foi exposto pelo autor que as ONGs, além de serem caracterizadas através de movimentos sociais, em razão da prestação de serviços feitos em função da sociedade, sua origem também se dá através de períodos políticos.

O crescimento e a diversificação do terceiro setor foi acompanhado pela descentralização na gestão de políticas sociais pelo Estado, além da redução dos financiamentos de agências internacionais, provocando a busca de alternativas de auto-sustentação destas organizações (ROESCH, 2003).

Costa (2003) diz o seguinte em relação a suas práticas de gestão:

as instituições não-governamentais têm sido obrigadas a repensar suas práticas e a sua inserção no contexto social, buscando novas formas de enfrentamento aos desafios impostos pelo retorno à política de não intervenção estatal, e do incentivo à privatização dos serviços públicos. Ser ágil na captação de recursos e ter propostas claras e eficientes de trabalho são condições atuais básicas para essas instituições continuarem existindo e prestando serviços de qualidade e com competência.

Com isso, algumas instituições passam a repensar também em formas de gerenciamento que seja adequado a suas atividades e eficiente para a tomada de decisão.

De acordo com Costa (2003 apud KLIKSBURG, 1997, p.100), “o contexto contemporâneo de atuação da gerência institucional é absolutamente diferente em face das décadas anteriores. A predominância e, cada vez mais, da complexidade, da instabilidade e da incerteza”.

Ainda referindo-se ao mesmo autor, “a forma de gerenciamento dessas organizações comporta perspectivas e visão de mundo de acordo com a base política, ideológica e religiosa que as sustentam institucionalmente”.

O problema reside no fato de que nem todas as instituições sabem qual a melhor forma de gerenciamento, e nem de que procedimentos devem utilizar-se ou que método adotar. Isso gera uma descentralização no processo de gestão e acaba prejudicando o andamento da instituição.

Para Roesch (2003 apud LEWIS 2001), “referindo-se ao contexto internacional, algumas organizações expressam relutância em adotar práticas gerenciais, enquanto que outras, correm atrás de soluções prometidas pelos “gurus da gestão” que emergiam no setor privado”. Ainda segundo o autor, a relutância dá-se por meio de diferentes argumentos:

- uma cultura organizacional voltada para a ação;
- a crença de que os recursos devem ser despendidos no trabalho com os pobres, em lugar de financiar despesas administrativas indiretas;
- posição ideológica de que a gestão é algo usado por organizações do setor privado com o objetivo de explorar, oprimir ou discriminar pessoas;
- a preferência por estruturas pequenas, informais, para lidar com aspectos gerenciais quando aparecerem; e
- o fato de que o ímpeto de pensar em gestão tem sido guiado pelas agências doadoras.

Essa rejeição por parte de algumas instituições, talvez seja por falta de conhecimento de um sistema adequado capaz de facilitar o processo de gestão das organizações, trazendo para esse setor uma melhor forma de gerenciamento, através de informações que proporcionem um planejamento adequado e um controle seguro da situação.

2.2 Informação contábil como instrumento de gestão

2.2.1 A importância da informação

A informação é um importante instrumento de comunicação entre os diversos tipos de usuários. Para Padoveze (1997, p.38), “a informação deve ser tratada como qualquer outro produto que esteja disponível para consumo. Ela deve ser desejada, para ser necessária. Para ser necessária, deve ser útil.”

Entende-se que a importância da informação irá depender do grau de necessidade do usuário. Será útil somente se for relevante para atender aos usuários da informação. Quem decidirá a sua importância, será o próprio usuário.

Cochrane (www.milenio.com.br/siqueira/Tr158.htm) afirma que:

informação relevante é aquela pertinente à questão que está sendo atualizada, podendo afetar metas, compreensão da questão e decisão poderia dizer que uma informação “faz diferença” na decisão, ajudando o usuário a fazer previsões sobre o resultado de eventos passados, presentes e futuros ou corrigir expectativas anteriores.

A informação contábil deve chegar ao usuário da forma mais simplificada possível, para que esse, não tenha dúvida quanto a sua compreensão. Com um entendimento adequado sobre o que representa tal informação, será possível utiliza-la de forma útil, de modo, que atenda as expectativas previstas.

Para Dias, Moura e Silva (2003), a informação contábil:

deve ser revestida de qualidade sendo objetiva, clara, concisa, permitindo que o usuário possa avaliar a situação econômica e financeira da entidade, bem como fazer inferências sobre a tendência futura, de forma a atender sempre os próprios objetivos da entidade empresarial.

Saber como utilizar as informações contábeis é extremamente importante para a tomada de decisão. O uso inadequado pode acarretar diversos erros e com isso comprometer todo o resultado esperado.

De acordo com Dias, Moura e Silva (2003), para que uma boa informação seja interpretada corretamente deve apresentar algumas características, tais como:

- *Conteúdo e consistência*, para quando processada garanta bons relatórios;
- *Precisa e confiável*, para não haver dúvidas quanto a sua veracidade;
- *Atual*, para que não haja distorções;
- *Valor econômico*, pois poderá ser melhor mensurado, orientado melhorado e viabilidade dos recursos empregados;
- *Objetividade e indicação das causas*, para que os relatórios retratem a real situação do fato que gerou.

As características que representam a informação referem-se a forma de como ela deve ser utilizada para que seja relevante ao usuário, contribuindo para a realização de seus objetivos.

Para Dias, Moura e Silva (2003), “a grande contribuição da evolução das doutrinas e teorias contábeis para o processo de comunicação está no fato do valor dado a importância da informação.”

Sendo assim, pode-se dizer que a informação é um importante instrumento de comunicação entre os usuários, sejam eles internos ou externos, que pode proporcionar benefícios futuros se for utilizada de forma adequada ou gerar prejuízos, se for utilizada de forma inadequada, de modo, que não traga informações úteis ao usuário.

2.2.2 Conceitos e características do sistema de informação

O sistema de informação apresenta várias definições. Segundo Moscove, Simkin e Bagranoff (2002, p. 23), “um sistema de informações é um conjunto de subsistemas inter-relacionados que funcionam em conjunto para coletar, processar, armazenar, transformar e distribuir informações para fins de planejamento, tomada de decisões e controle.”

Percebe-se que um sistema de informação não funciona sozinho, é preciso um conjunto de fatores que contribuam para que as informações cheguem até o usuário, de modo a torná-la relevante quanto a sua utilidade.

Para Gil (1995, P. 14), “os sistemas de informações compreendem um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informações.”

As informações precisam ter um conjunto de recursos capaz de fazer com que os dados sejam traduzidos e utilizados conforme a necessidade de cada usuário. Esse conjunto de recursos precisa ser trabalhado de forma correta, só assim as informações serão válidas e relevantes para o planejamento de uma atividade.

Padoveze (1997, p.36), tem um conceito semelhante ao de Gil. Onde refere-se ao sistema de informação “como um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento dos dados e tradução em informações, para com seu produto, permitir às organizações o cumprimento de seus objetivos principais.”

Apesar de usarem termos diferentes, todos se resumem em um único objetivo, “informação”. A informação para planejamento, para processamento de dados, para a tomada de decisão e controle, enfim, para a estrutura de qualquer objetivo, a informação é a base para a concretização dos resultados.

Sendo assim, para facilitar a realização dos objetivos estabelecidos pela entidade, o sistema de informação contábil deve apresentar algumas características, de acordo com as normas brasileira de contabilidade, NBC T 1 de 28 de julho de 1995, tais como:

- *Confiabilidade* – A confiabilidade é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utiliza como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação. Ela fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo;
- *Tempestividade* – A tempestividade refere-se ao fato de que a informação contábil deve chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins. Nas informações preparadas e

divulgadas sistematicamente, como as demonstrações contábeis, a periodicidade deve ser mantida;

- *Compreensibilidade* – A informação contábil deve ser exposta de forma mais compreensível possível ao usuário que se destine. A compreensibilidade concerne à clareza e objetividade com que a informação contábil é divulgada, abrangendo desde elementos de natureza formal, como a organização espacial e recursos gráficos empregados, até a redação e técnica de exposição utilizadas;

- *Comparabilidade* – A comparabilidade deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo do tempo, numa mesma entidade ou em diversas entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas. A concretização da comparabilidade depende da conservação dos aspectos substantivos e formais das informações.

As características da informação contábil comprovam a importância de sua existência e contribui para que os usuários tenham um planejamento e controle de suas atividades, buscando realizar os seus objetivos e auxiliando na tomada de decisão, desde que utilizadas de forma correta.

2.2.3 Informação contábil como instrumento de gestão

No Brasil, com o crescimento do terceiro setor, a sociedade passou a se interessar mais pelos problemas sociais. Na busca de solucionar esses problemas, e solidários com a situação precária em que muitos vivem hoje, o número de entidades aumentou.

Assim, houve um aumento no número de empregos, passando-se a gerar mais serviços. Em virtude disso, os recursos obtidos através dessas entidades também aumentaram, surgindo uma preocupação em como administrá-los corretamente.

Para Benício (www.integração.fgvsp.br), “no terceiro setor o foco da ação contábil está em tornar claro a origem dos recursos e sua destinação, uma vez que, quaisquer que sejam suas fontes – privadas ou públicas, os fins serão públicos.”

Nessas entidades os seus objetivos estão direcionados à sociedade, e funcionam através de investimentos feitos nessa área. Por isso, a destinação desses recursos devem ser feito da forma mais transparente possível.

De acordo com Dias, Moura e Silva (2003), “a profissão contábil tem assumido uma função que oferece à sociedade vários benefícios, incluindo menores riscos ao investir e a melhor destinação dos recursos.”

Ainda segundo o autor, “qualquer empresa ou instituição, pública ou privada, necessita de registros contábeis técnica e eticamente irrepreensíveis, que lhe permitam administrar suas atividades, contribuindo, assim, para o alcance de seus objetivos.”

A contabilidade é essencial para a prestação de contas dos recursos financeiros e pode servir como instrumento de gestão no processo de planejamento e controle dos bens adquiridos. Para tanto, é necessário um sistema de informação que facilita o desenvolvimento desse processo.

Segundo Moraes e Madeira (www.sinescontabil.com.br), a contabilidade possui as seguintes funções:

- registrar os fatos contábeis;
- controlar os bens patrimoniais;
- mensurar as variações econômicas;
- demonstrar as situações patrimonial, econômica e financeira;
- reconhecer os efeitos inflacionários: perdas e ganhos nos ativos e passivos monetários, respectivamente;
- efetuar a atualização monetária dos balanços patrimoniais dos valores históricos para uma mesma data, para fins de análise;
- transformar os dados contábeis, através de análises, em informações gerenciais; e
- disponibilizar as informações gerenciais para subsidiar as tomadas de decisão no âmbito interno da empresa (níveis estratégicos, tático e operacional) e externo (acionistas, investidores em potencial, sistema bancário, fornecedores, clientes, governos, sindicatos de classe etc).

Para que os gestores administrativos compreendam a necessidade dos registros contábeis, é necessário haver um sistema de informação contábil que atenda a suas necessidades e que auxiliem na tomada de decisão.

Conforme Padoveze (1997), para que a informação contábil tenha validade no processo de gestão administrativa, ela precisa atender a dois pressupostos básicos: necessidade da informação e planejamento e controle.

A necessidade da informação irá depender de cada usuário, pois a informação torna-se necessária se for considerada útil, e torna-se útil se servir para auxiliar no processo de planejamento e controle, além de contribuir para o alcance do resultado esperado. Padoveze (1997, p. 38) diz que:

a necessidade da informação é determinada pelos usuários finais dessa informação, por seus consumidores. Assim, a informação deve ser construída para atender esses consumidores e não para atender aos contadores. O contador gerencial é aquele que sabe perfeitamente que a informação que faz parte de seu sistema foi elaborada para atender as necessidades dos outros.

Percebe-se que a necessidade está relacionada com a utilidade que vai ter para esse usuário, de modo que o mesmo entenda o seu objetivo. A informação contábil será o elo de ligação entre o contador e o usuário, sendo de extrema importância para a tomada de decisão.

Já em relação ao planejamento e controle, Padoveze (1997, p.39) afirma que:

o sistema de informação gerencial exige planejamento para produção dos relatórios, para atender plenamente aos usuários, e construir relatórios com enfoques diferentes para os diferentes níveis de usuários. Dessa forma, será possível efetuar o controle posterior.

Dessa forma, o sistema de informação gerencial, deve ser elaborado com a máxima eficiência para que não haja erro na execução do planejamento, mantendo um controle eficaz no processo de gestão administrativa.

Muitos imaginam que para haver eficiência no processo de gestão administrativa basta apenas ter uma boa arrecadação de recursos públicos, no caso das ONGs. Porém, a falta de planejamento e controle, por parte dessas entidades, faz com que gerem prejuízos. Pois de que adianta ter os recursos públicos e não saber administrá-los.

Para Moraes e Madeira (www.sinescontabil.com.br), o sistema contábil é o mais sofisticado comparando a outros sistemas de produção, tendo em vista os seguintes aspectos:

- na entrada – o sistema recebe dados de diversas naturezas, como valores de bens e direitos (ativos) e obrigações (passivos), de diferentes datas, bem como homogeneiza os referidos valores através da mensuração monetária;
- na fase de processamento – os valores monetários são traduzidos em expressões de uma mesma data, eliminando assim, os efeitos inflacionários ou reconhecendo as variações ocorridas no poder aquisitivo da moeda dos dados contábeis. Após esses ajustamentos, os dados, através do processo de análise, são transformados em informações gerenciais;
- na saída – o sistema pode disponibilizar dados contábeis ou informações gerenciais para subsidiar as tomadas de decisão de seus diversos usuários.

O sistema de informação contábil fornece aspectos importantes para um bom desempenho da empresa, pois auxilia no processamento dos dados de modo a identificar a forma de como serão utilizados, contribuindo para a identificação de fraudes ou erros, além de interferir na tomada de decisão.

Para Padoveze (1997, p. 40-42), um sistema de informação contábil deve apresentar os seguintes fatores:

- operacionalidade – as informações devem ser coletadas, armazenadas e processadas de forma operacional. Onde todos os que trabalham com a informação contábil devem saber e sentir que estão operando com dados reais, significativos, práticos e objetivos; conseguidos, armazenados e processados de forma prática e objetiva. Com isso, teremos uma utilização gerencial, ou seja, uma utilização prática e objetiva;
- integração – quando todas as áreas necessárias para o gerenciamento da informação contábil estejam abrangidas por um único sistema de informação contábil. Sua característica é a navegabilidade dos fatos. Uma vez que o dado é coletado, este deverá ser utilizado em todos os segmentos do sistema de informação contábil;
- custo de informação – o sistema de informação contábil deve ser analisado na relação do custo-benefício da empresa.

Sendo assim, percebe-se que a contabilidade é um importante sistema de informação para a tomada de decisão. Sabendo utilizá-la de forma correta, será geradora de benefícios para a empresa.

O sistema de informação contábil é fundamental para o planejamento, processamento e controle dos dados. Deve ser usado de modo que as informações sejam relevantes para a entidade, para ser relevante, deve ser útil conforme as necessidades do usuário. Assim, além

de ser essencial na prestação de contas dos recursos financeiros da entidade, poderá servir como um importante instrumento de gestão.

3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo apresenta os dados obtidos por meio de uma entrevista não estruturada, na qual contou com a presença de um dos responsáveis pela entidade, a participação de alguns associados e com a colaboração do contador. Primeiramente, faz-se uma apresentação da organização, em seguida aborda-se sobre a contabilidade na organização, os critérios contábeis aplicados na mesma, bem como os relatórios contábeis utilizados, finalizando com a importância das informações contábeis como instrumento de gestão na organização.

3.1 Apresentação da organização

A organização escolhida para o estudo desta pesquisa é uma associação de classe. A associação concordou em participar desta pesquisa, porém, pediu sigilo na divulgação do nome. Em virtude disso, será utilizado o nome fictício Gama.

A associação Gama foi fundada em outubro 1989, na cidade de Florianópolis, na qual permanece até hoje com suas atividades. São representantes e responsáveis pela associação:

a) A Diretoria Executiva, composta por: Presidente, Vice Presidente, Secretário geral, Tesoureiro Adjunto.

b) O Conselho Deliberativo, composto por 9 (nove) representantes;

c) Departamento Social e Cultural, composto por 2(dois) representantes;

d) Departamento de Esportes, composto por 1(um) representante; e

e) Departamento de Imprensa e Divulgação, composto por 1(um) representante.

O objetivo da associação é:

- defender os interesses e reivindicações dos associados, resguardando-os dentro da ordem da lei;

- Lutar por e/ou viabilizar o acesso igualitário das associados ao lazer, à cultura, à convivência social, bem como lutar por reivindicações como creche, alimentação, empréstimos e outras iniciativas que assegurem formas de salário indireto;
- Promover articulação com outras associações – se servidores públicos, para o fortalecimento dos objetivos comuns;
- Exercitar qualquer atividade lícita com vista à obtenção dos recursos necessários aos objetivos da associação;
- Realizar quaisquer empreendimentos que visem atendimento das necessidades dos associados; entre outros.

São consideradas receitas da Associação Gama:

- Contribuição mensal dos associados e fundadores;
- Rendimento das Aplicações Financeiras;
- Valores relativos a eventuais alienações de bens patrimoniais;
- Doações, auxílios e subvenções concedidas por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- Outras receitas decorrentes do exercício de suas atividades.

São consideradas despesas da Associação Gama:

- Despesas com manutenção e conservação das instalações da associação;
- Despesas decorrentes da atividade dos departamentos;
- Despesas com pessoal;
- Despesas eventuais que ultrapassando um valor limite estipulado pela associação, serão previamente submetidas ao Conselho Deliberativo;

São órgãos da Associação Gama: a assembléia geral, o conselho deliberativo e a diretoria executiva. A atividade principal é prestar serviços de caráter social as pessoas que dela fazem parte.

3.2 A contabilidade na organização

Com base na entrevista feita na associação Gama, pode-se analisar que a associação possui um sistema de informação contábil, que atende as expectativas dos usuários internos e externos, identificando os recursos financeiros investidos nessa entidade e auxiliando como instrumento de gestão para a tomada decisão. Observou-se preocupação com o registro dos bens adquiridos e um planejamento e controle de suas atividades.

Por não haver funcionários contratados, a administração da associação é feita pelos próprios representantes. A contabilidade é regularmente atualizada, isso possibilita que os associados conheçam a situação da associação, para que posteriormente possam analisar a situação financeira da entidade e tomar as decisões corretas.

Na associação o serviço contábil é terceirizado. Apesar de muitas empresas adotarem esse mesmo critério, a falta de uma ligação direta entre a contabilidade e a administração da associação pode dificultar a comunicação entre ambas as partes. Mas nesse caso não é o que acontece. Apesar do serviço contábil na associação ser terceirizado, há uma boa comunicação entre a contabilidade e os responsáveis pelo processo administrativo da associação.

O relacionamento profissional entre ambas as partes é satisfatório, ou seja, a contabilidade é acessível para o esclarecimento de eventuais dúvidas e os responsáveis pela associação colaboram com todos os dados necessários para que as informações contábeis sejam úteis no processo administrativo da mesma. Os associados apesar de não entenderem muito a respeito de contabilidade procuram estar sempre informados para compreender melhor a situação financeira da associação.

3.3 Os critérios contábeis aplicados na organização

Os critérios contábeis aplicados na associação não são muito diferentes dos demais setores, apesar de haver uma diferença na nomenclatura. Os princípios contábeis são os mesmos. Mesmo sendo isenta de tributos, isso não diminui a obrigação de apresentar os relatórios contábeis exigidos.

O que a difere das demais organizações é que além de apresentar os relatórios contábeis exigidos, são feitos alguns relatórios gerenciais, através de planilhas do excel, para apresentar aos associados, de forma mais simplificada possível, a situação financeira da associação. Isso facilita quando forem tomar decisões e ajuda a compreender melhor como funciona o sistema contábil.

Além disso, os administradores da associação informam todos os fatos relevantes ocorridos na organização através de relatórios administrativos, de modo que possa evidenciar da forma mais transparente possível todos os procedimentos utilizados na administração que pode ser útil na tomada de decisão. Esses relatórios apesar de não serem exigidos pela legislação, são importantes para expor a opinião dos administradores em relação à situação financeira de associação.

Sabendo que a contabilidade de uma associação é muito visualizada e questionada pelos usuários e também pelo governo, uma vez que nunca pode fugir da atividade social, a associação Gama tem consciência que seus recursos são para manter e alcançar os objetivos da mesma. Em virtude disso, procuram manter os usuários informados da situação financeira da associação.

A tomada de decisão é divulgada aos usuários para que esses saibam que destino está tendo os recursos financeiros envolvidos nesse processo, se as decisões tomadas pelos

responsáveis da associação estão de acordo com a situação financeira da mesma e se atendem os objetivos envolvidos.

3.4 Os relatórios contábeis utilizados pela organização

Com relação aos relatórios contábeis, a contabilidade apresenta todos relatórios exigidos pela legislação:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração de Resultado do Exercício;
- c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; e
- e) Notas Explicativas.

Além dos relatórios exigidos são elaborados: o Balancete de Verificação, o Diário e o Razão. Terminada a elaboração de cada relatório, passa-se uma cópia aos responsáveis pelo processo administrativo. Esses, por sua vez, recebem os relatórios contábeis, analisam as informações relevantes para o processo de gerenciamento, e a partir daí tomam a decisão mais adequada com relação à situação financeira da empresa. A associação adota práticas gerenciais que atendem a três pressupostos básicos para que as informações tenham validade no processo de gestão administrativa da associação: necessidade da informação, planejamento e controle.

Dentre os relatórios contábeis os mais utilizados para a tomada de decisão são: o Balanço Patrimonial, o Balancete de Verificação, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Cada relatório traz informações diferentes em relação à situação financeira da empresa. A utilização de apenas um determinado relatório, comprometeria o resultado final do processo e colocaria em risco qualquer tipo de decisão, pois poderia haver informações relevantes através de outros relatórios, os quais não teriam sido utilizados.

O Balanço Patrimonial que tem por finalidade apresentar a situação financeira e patrimonial da entidade em determinada data, é o que mais demonstra o estado em que a associação encontra-se. Para a tomada de decisão, o Balanço Patrimonial é analisado para saber a situação da associação a curto e longo prazo, verifica-se a possibilidade de futuros investimentos na área social sabendo-se o quanto tem de recursos disponível no momento e conhecendo-se a situação do Patrimônio Social da associação.

O Balancete de Verificação apresentado pela contabilidade é mensal. Esse relatório é muito usado pela administração da associação por apresentar os saldos das contas anteriores. No processo de tomada de decisão é feito uma comparação do saldo atual com o saldo anterior para saber o que causou o aumento ou diminuição do Patrimônio Social da associação e o que precisa ser melhorado.

A Demonstração do Resultado do Exercício é onde demonstra as receitas, despesas, ganhos e perdas, definindo se a associação apresenta superávit ou déficit do exercício. Nesse relatório os administradores analisam o desempenho da associação, a eficiência ou ineficiência da administração, os resultados obtidos através de seus trabalhos e as causas que o geraram. A partir daí tomam decisões para saber o que pode ser mudado, o que deve ser melhorado ou até mesmo o que deve permanecer estável.

Já a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido onde tem a finalidade de evidenciar a evolução do Patrimônio Social da associação, possibilita os administradores saber a evolução do capital investido e o retorno desses investimentos, para analisar quais as decisões a tomar em relação à destinação dos recursos financeiros investidos nessa área.

3.5 A importância das informações contábeis como instrumento de gestão na organização

As informações contábeis são utilizadas com frequência no processo de gestão da associação, pois além de auxiliarem no processo de gestão administrativa da associação, a contabilidade tem participação direta em qualquer decisão gerencial ou financeira que os associados possam vir a tomar. Assim, minimiza-se a possibilidade de cometer futuros erros, tomando decisões precipitadas e sem fundamento.

As informações contábeis influenciam de maneira decisiva a tomada de decisão gerencial da associação Gama. Dependendo do tipo de informação que a contabilidade possa vir a fornecer, a decisão poderá ser positiva ou negativa, caso as informações não estejam de acordo com a situação real da associação. Isso reafirma a importância das informações contábeis serem transparentes e de fácil entendimento.

A tomada de decisão é feita pelos responsáveis da associação e varia de acordo com o impacto causado sobre os objetivos da mesma. As decisões são tomadas com base nas informações contábeis obtidas após o encerramento do exercício. Primeiramente, discute-se as opiniões dos responsáveis da associação em relação à situação financeira da mesma, em seguida, avalia-se as informações relevantes e por fim, chega-se num consenso para apresentar a melhor solução.

Cabe ressaltar que as informações relevantes não são sempre as mesmas, irá depender da situação financeira em que a associação encontra-se. O fato da associação ser voltada para fins sociais e não haver distribuição de lucros, não minimiza a importância da utilização de um sistema de informação contábil adequado. A utilização adequada dessas informações faz com que a associação tome decisões importantes e seguras, contribuindo para a realização de um bom gerenciamento.

A associação utiliza-se das informações contábeis de modo a evitar qualquer tipo de questionamento que possa ser feito em razão de sua integridade. Estas influenciam não só financeiramente, mas como instrumento de gestão, capaz de otimizar o processo administrativo da mesma e auxiliar na tomada de decisão gerencial.

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1 Conclusões

Esta pesquisa foi realizada em razão do terceiro setor vir destacando-se na diversidade do Mundo Moderno. Com isso, há uma preocupação de como administrar os recursos financeiros obtidos através deste setor. Em virtude do terceiro setor ser muito amplo, a pesquisa restringiu-se apenas as organizações não-governamentais.

Sendo a contabilidade um importante instrumento de comunicação com a sociedade, capaz de auxiliar não só em aspectos legais, mas como um instrumento de gestão, surge o questionamento de como são utilizadas as informações contábeis como instrumento de gestão nesse setor.

A metodologia aplicada neste estudo e os resultados obtidos foram relevantes para atingir o objetivo geral, que foi analisar as informações contábeis como instrumento de gestão em uma ONG.

De acordo com a análise feita na associação Gama, nome este utilizado apenas para o desenvolvimento desta pesquisa, pode-se concluir que apesar do terceiro setor apresentar alguns aspectos legais com relação ao seu funcionamento, diferentes dos demais setores, pode-se adotar os mesmos critérios contábeis para fins de gestão de recursos financeiros, com pequenas modificações.

As informações contábeis utilizadas pela a associação influenciam em qualquer decisão que os associados possam vir a tomar. Por isso, há uma preocupação em fazer com que essas informações cheguem até os associados, da forma mais transparente possível. A boa comunicação entre o responsável pela contabilidade e os responsáveis pela associação facilita esse desempenho.

As decisões são tomadas com base nas informações contábeis obtidas, para evitar qualquer tipo de erro. Para isso, faz-se uma análise de todos os relatórios contábeis utilizados pela associação e verifica-se quais as informações relevantes para a tomada de decisão.

É importante ressaltar que as informações contábeis são relevantes à medida que se tornam úteis tais informações. Tais informações são consideradas úteis, de acordo com a necessidade de cada entidade em utilizá-las para a obtenção de resultados positivos.

Percebe-se a importância das informações contábeis não apenas pelo seu aspecto financeiro, mas também, como um importante instrumento de gestão, capaz de auxiliar na tomada de decisão gerencial e contribuir para a obtenção de resultados positivos.

Com relação à associação Gama, evidenciou-se que a utilização de um sistema de informação contábil adequado contribui para um bom gerenciamento e facilita na tomada de decisão.

A contabilidade é regularmente atualizada, o que possibilita analisar a situação financeira da associação e tomar decisões corretas. Apesar do serviço contábil ser terceirizado, há um bom relacionamento profissional entre a contabilidade e os responsáveis pelo processo administrativo da associação, contribuindo para o desempenho adequado de suas atividades.

Os critérios contábeis aplicados na associação são semelhantes aos demais setores. Os princípios contábeis são os mesmos, há apenas uma diferença nas nomenclaturas. Mesmo sendo isenta de tributos e não havendo destinação dos lucros, deve apresentar os relatórios contábeis exigidos pela legislação.

A contabilidade apresenta todos os relatórios contábeis exigidos pela legislação, porém, os relatórios mais utilizados pela associação para a tomada de decisão são: o Balanço Patrimonial, o Balancete de verificação, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Os responsáveis pelo processo

administrativo recebem uma cópia de cada relatório elaborado e analisam as informações relevantes para o processo de gerenciamento.

As informações contábeis auxiliam no processo de gestão administrativa da associação. A utilização adequada dessas informações faz com que os associados tomem decisões importantes e seguras para manter um bom gerenciamento.

Conclui-se que os resultados obtidos através desta pesquisa evidenciam a utilização das informações contábeis como instrumento de gestão na organização estudada. Apesar das organizações não-governamentais serem voltadas para a área social e não visarem lucro, devem utilizar-se de um sistema de informação contábil, capaz de servir como instrumento de gestão dos recursos financeiros desse setor.

4.2 Recomendações

Recomenda-se a futuras pesquisas:

- a) O estudo contábil em diversas entidades do terceiro setor;
- b) Analisar aspectos contábeis que podem contribuir para um gerenciamento adequado no terceiro setor;
- c) Apresentar práticas gerenciais no terceiro setor;
- d) Elaborar um sistema de gestão para as entidades do terceiro setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENÍCIO, João. Contabilidade, Transparência e sustentabilidade – a importância da evidenciação de práticas que geram resultados positivos. **Integração: a revista eletrônica do terceiro setor**. Disponível em: <http://www.integração.fgvsp.br/terceiro_setor/htm>. Acesso em: 04 abr. 2005.

CARDOSO, Klauber Guedes; LIMA Márcio Janison Souza de. Classificação contábil dos convênios no Balanço Patrimonial das entidades do terceiro setor. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília-DF, nº 139, p. 33-43, Janeiro/fevereiro 2003.

COCHRANE, Terezinha Maria Cavalcant. Principal objetivo da contabilidade: informações contábeis. **Milênio: provedor de serviços de internet** Disponível em: <http://www.milenio.com.br/siqueira/Tr158.htm>. Acesso em: 04 abr. 2005.

CONSELHO, Regional de Contabilidade. **Curso de contabilidade gerencial** - 6. ed. 2. São Paulo: Atlas, 1997.

CONTABILIDADE, Conselho Federal de. NBC T 10 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas.

_____. NBCT 10.19 – Entidades sem finalidade de lucro.

_____. **Resolução Conselho Federal de Contabilidade**, nº 926/01. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2005.

CONTABILIDADE, Conselho Federal de. NBC T 1 – Das características da informação contábil. **Resolução Conselho Federal de Contabilidade**, nº 785/95. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2005.

COSTA JUNIOR, Leopoldo. Terceiro setor e economia social. **Integração: a revista eletrônica do terceiro setor**. 1999. Disponível em: <<http://www.integração.fgvsp.br/cadernos.htm>>.

COSTA, Selma Frossard. Gestão de pessoas em instituições do terceiro setor: uma reflexão necessária. **Integração: a revista eletrônica do terceiro setor**. Nº 32, ano VI. Nov. 2003. Disponível em: <<http://integração.fgvsp.br/ano6/11/administrando.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2005.

DIAS, Geisa Maria Almeida; MOURA, Iraildo José Lopes de; SILVA, Marcus Vinícius Peixoto. O uso dos sistemas de informações contábeis como apoio nas decisões gerenciais. **II Congresso Sergipano de contabilidade**. Aracajú – Sergipe. 2003. Disponível em: <http://www.iraildojose.vilabol.uol.com.br/sistemas_gerenciais>. Acesso em: 04 abr. 2005.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. São Paulo: Relume-Dumara, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GIL, Antônio de Loureiro. **Sistemas de informações contábil/financeiros**. 2º ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

KURZ, Robert. **Para além de Estado e mercado**. Petrópolis, Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

LANDIM, Leilah. Para além do mercado e do Estado. Filantropia e cidadania no Brasil. **Cadernos do Iser**. Rio de Janeiro, 1993.

MARÇOM, D., ESCRIVÃO FILHO, E. **Gestão das organizações do terceiro setor**: um repensar sobre as teorias organizacionais. In: ENANPAD, 25. Campinas, 16 a 19 de setembro de 2001.

MARTINS, P. H. Institutos, fundações, ONGs, OSCIPs e filantrópicas (ou os nomes e os fatos). **Rits: rede de informações para o terceiro setor**. Disponível em: <http://www.rits.org.br/le..._teste/lg_tmes_marco2002.cfm>.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MORAES, Délcio Duque; MADEIRA, Geová José. A contabilidade como sistema de apoio à decisão. **SINESCONTABIL/MG:sindicato dos escritórios de contabilidade, auditoria e perícias contábeis no Estado de Minas Gerais**. Minas Gerais. Disponível em: <[www.sinescontabil.com.br/tra.../a contabilidade como sistema de apoio a decisão.htm](http://www.sinescontabil.com.br/tra.../a_contabilidade_como_sistema_de_apoio_a_decisao.htm)>

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A.. **Sistemas de informações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**: um enfoque em sistema de informação contábil. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A.- 1997.

PANCERI, Regina. **Terceiro Setor**: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos. 2001. 266f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROESCH Sylvania Maria Azevedo. Gestão de ONGs – rumo a uma agenda de pesquisa que contemple a sua necessidade*. **Integração: revista eletrônica do terceiro setor**. nº 32. ano VI. Nov. 2003. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano6/09/administrando.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2005.

SALAMON, Lester. A emergência do Terceiro Setor – uma revolução associativa global. In: **Revista de Administração da USP – RAUSP**. v.33, n.1. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Organizações não governamentais na América Latina** : seu papel na construção da sociedade civil. São Paulo: SEADE, 1994.

SCHMITT, Bráulio Volmir. **Informação contábil gerencial no processo de gerenciamento da produção pecuária leiteira da região de Lages**. 2000. 80f. Dissertação(Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SILVA, Andréa da. **Perfil de algumas entidades sem fins lucrativos geradoras de serviços contábeis em Florianópolis**. 2002. 52f. Trabalho de conclusão de curso (Monografia) – Curso de Ciências Contábeis – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TEIXEIRA, Rubens de França. **Limites e possibilidades de organizações do terceiro setor em uma sociedade centrada no mercado**: um estudo comparativo em ONGs ambientalistas. 2001. 118f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em administração – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

THOMPSON, Andrés A. **Do compromisso à eficiência?** os caminhos do terceiro setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn (org). Terceiro setor. Desenvolvimento social sustentado. São Paulo: Paz e Terra, 1997.